



N.º 3

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA 01 DE MARÇO DE 2008

Ao um dia do mês de Março de dois mil e oito, reuniu, pelas dez horas, no 1º andar do Palácio D. Manuel, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

PONTO ÚNICO – INFORMAÇÃO E DEBATE SOBRE O PROBLEMA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E O EVENTUAL CONTRIBUTO DO MUNICÍPIO DE ÉVORA PARA A MINIMIZAÇÃO DAS SUAS CONSEQUÊNCIAS.

Esteve presente o Membro da Mesa:

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

Face às ausências do Sr. Presidente (Capoulas Santos) e da Sra. 1ª Secretária (M.ª Helena Costa), o Sr. 2º **Secretário** assumiu a presidência da Mesa, tendo convidado as bancadas da CDU e do PS a indicarem nomes para os substituírem. Então, a CDU designou o Sr. **Eduardo Luciano** para ocupar o lugar de 1º Secretário e o PS nomeou a Sra. **Paula de Deus** para o cargo de 2ª Secretária, tendo sido aceites os designados pelos respectivos grupos.

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Acácio Alferes (em substituição de Capoulas Santos), Abílio Fernandes, Rui Rosado, Luís Martins (em substituição de José Russo), José Palma Rita, Mafalda Troncho, Jorge Lourido, José Luís Cardoso, Ana Maria Silva, Mariana C. B. Avó dos Paços (em substituição de M.ª Augusta Pereira), Francisco Chalaça, Celino Silva, Nuno Lino, Carmen Cangarato (em substituição de M.ª Helena Costa), Nuno Leão, António Murteira, Agostinho Banha (em substituição de Elsa Lopes), José Simão, António Ramos, Carlos Grácio, Jorge Gil, José Mateus, M.ª Margarida Fernandes, Joaquim Carrapato (em substituição de Baltazar Damas), Fernando Nunes, Jerónimo António (em substituição de Silvino Costa), José Relvas (em substituição de António Metrogos), João Valverde, João Ricardo, Felisberto Bravo, António Maduro e João Rodrigues.

Faltaram os Senhores: Jerónimo Mendes, Isidro Lobo, José Piteira, António Galão e José Calado.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos(as) Vereadores(as) Manuel Melgão, Filomena Araújo e José Barradas.



Participaram também na sessão, na qualidade de convidados especiais, as seguintes personalidades:

- A **Dra. Bettina Menne** – Coordenadora, ao nível da OMS/Europa, do programa “**Global Change**”, participante no Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) e laureada, em 2007, com o Prémio Nobel da Paz;
- O **Prof. Dr. Manuel Mota** – Representante da Comissão Municipal do Ambiente;
- E o **Prof. Dr. Rui Salgado** – A desempenhar funções no Centro de Geofísica da Universidade de Évora.

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente em exercício** passou a divulgar o plano para a organização da reunião, a saber: em primeiro lugar, uma alocução, em diferido, do Sr. Presidente da AME, seguindo-se as exposições da Sra. Vereadora Filomena Araújo, do Sr. Prof. Manuel Mota e da Sra. Dra. Bettina Menne, havendo depois um intervalo de 15 minutos. Após este, teriam lugar as intervenções dos grupos político-partidários, sendo que no espaço de tempo reservado à CDU falaria o Sr. Prof. Rui Salgado, a convite desta formação político-partidária, informando que, por parte do PS, usaria da palavra o Sr. Rui Rosado, face à indisponibilidade manifestada pelo Sr. Reitor da U. E., que também fora convidado, sendo que o PSD não indicara qualquer representante.

Entretanto, o Sr. **Jorge Lourido** fez notar que combinara com o Sr. Presidente da AME que no início da sessão ocorreriam as comunicações de natureza científica, seguindo-se um interregno e depois aconteceria o debate entre as forças partidárias, dando a conhecer que convidara o Prof. Rui Salgado com essa condição, ou seja, como convidado da Assembleia.

O Sr. **Presidente em exercício** concordou com a ideia defendida pelo orador antecedente, acrescentando que, em termos de operacionalização da reunião e da gestão do tempo, fizera a transposição da forma de organização se outras assembleias já sucedidas, tendo a opinião que a figura do Sr. Prof. Rui Salgado não sairia diminuída se o seu discurso tivesse lugar depois do intervalo.

Voltando ao uso da palavra, o Sr. **Jorge Lourido** reiterou o seu ponto de vista anterior, propondo que a explanação do Sr. Prof. R. Salgado ocorresse no espaço de tempo reservado aos convidados.

Perante o exposto, os Membros da Mesa trocaram impressões sobre a questão, tendo chegado à conclusão que os convidados fariam na primeira parte da sessão.

Logo após, o Sr. **Presidente em exercício** solicitou à equipa técnica, presente na sala, que desse início à apresentação da vídeo-mensagem do Dr. **Capoulas Santos**, impedido de estar presente devido a afazeres de deputado do Parlamento Europeu, cujas palavras serviram para saudar os presentes e desejar-lhes trabalho frutuoso, adiantando que, embora Évora não tenha capacidade para resolver os diversos problemas, poderá dar contributos em actividades e exemplos.

De imediato, tomou a palavra a Sra. Vereadora **Filomena Araújo**, que fez um resumo circunstanciado das diversas vertentes das estratégias locais, referindo as funções vindas dos Planos Director Municipal, de Urbanização de Évora, de Mobilidade, da Defesa Florestal Contra Incêndios e Municipal do Ambiente, bem como a Carta Educativa e o Desenvolvimento Social. Aludiu,



igualmente, à Agenda XXI, que está em preparação, e à necessidade de sensibilizar as pessoas quanto às questões que têm a ver com a protecção dos patrimónios natural, construído e humano.

Falou depois o Sr. Prof. **Manuel Mota**, que incidiu a sua comunicação sobre o perigo das pragas que atacam a floresta, causando prejuízos de monta e que atingem, inclusivamente, o tecido económico, como tem sucedido com a espécie do pinheiro bravo, e não só, pois reflecte-se, por exemplo, nas indústrias da madeira e da pasta de papel. Um problema de deve preocupar, sobretudo, climatologistas e geofísicos.

Veio a seguir a participação do Sr. Prof. **Rui Salgado**, que fez uma desenvolvida dissertação acerca do estudo da alteração climática decorrente da construção do empreendimento de Alqueva, das modificações à escala regional e quanto ao que pode ser realizado.

Mais à frente, reportou-se à pluviosidade, ao aumento do nevoeiro e às mudanças na temperatura e humidade. Não existem situações graves nos impactos locais, mas preconiza ser necessário continuar a estudar.

Posteriormente, dando a conhecer que fora no âmbito do Conselho Municipal de Segurança que o Sr. Dr. **Rui Rosado** tomara a iniciativa de defender a necessidade de se debater as questões do ambiente e das alterações climáticas, nomeadamente por parte da AME, o Sr. Presidente facultou-lhe a palavra, o qual revelou que o Sr. Reitor da UE fora convidado para estar naquele lugar, que aceitara de bom agrado, mas razões institucionais de última hora impediram-no de concretizar esse desejo, ficando, portanto, a substituí-lo. Assim, o supra citado Membro começou por historiar a promoção desta acção, tendo depois focalizado a sua alocução sob o aspecto da cidadania, não deixando de fazer referência ao livro de Al Gore «**A Verdade Inconveniente**». A dado passo disse: *“As questões do ambiente tocam a todos e têm a ver com as nossas atitudes. Temos que reflectir em conjunto, sem manicaísmos e sem acusações, mas cada um tomando a parte pequena que lhe cabe. Nós temos a obrigação ética de permitir que os nossos netos venham a ter a possibilidade de terem água potável e ar respirável”*.

Por fim, afirmou-se convicto de que o Protocolo de Quioto será colocado em marcha pelo mundo inteiro.

A encerrar este ciclo de palestras, foi dada a palavra à Dra. **Bettina Menne**, cientista italiana, que tem dedicado toda a sua actividade aos problemas que afectam a Terra, a qual explanou temas ligados às consequências do degelo e consequente aumento do nível do mar, a realidade do aquecimento global provocar o aumento das doenças cardiovasculares e outros padecimentos, e estabelecendo um vasto quadro que irá afectar, inapelavelmente, o ser humano. Outra situação apontada foi o facto de, neste momento, 25% da emissão de gases ser oriunda das produtoras de energia e do sector dos transportes, a aumentar gradualmente, presumindo-se que em 2035 atinja os 70%. Salientou, igualmente, a precisão de nos protegermos através de métodos largamente difundidos: protecção contra as altas temperaturas, novos processos de tratamento de lixos e abandono de determinadas matérias na produção de embalagens, forte contenção na emissão de gases nos grandes aglomerados, etc.. *“Devemos estar preparados para afrontar tempos difíceis, em que os riscos serão distribuídos de forma desigual e, sobretudo, que a informação seja maior, sobre a saúde e o clima. E Évora é uma parcela, mesmo que pequena, de um todo mundial”*, concluiu.



Posto isto, o Sr. **Presidente em exercício**, em seu nome pessoal e em representação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Évora, Dr. Capoulas Santos, agradeceu, em particular aos especialistas convidados, pela sua disponibilidade e pelo grande interesse das suas comunicações, estando em crer que a autarquia era sensível a todas as matérias expostas e que essa sensibilidade se iria reflectir nas medidas a tomar, a partir do novo PDM, recentemente aprovado. Manifestou ainda o apreço da Mesa pela forma participada como decorreram os trabalhos, concluindo pelo agradecimento à equipa de funcionários da CME que assegurou a logística da sessão.

Seguiu-se um interregno de 15 minutos.

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente em exercício cedeu a palavra ao Sr. **António Murteira**, que leu um texto com o teor que se passa a relatar:

“Passar das Palavras aos Actos – Implementar Medidas de Mitigação e Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas”

1. Cada época histórica coloca aos cidadãos e às sociedades, às regiões e aos países e, presentemente, a todo o mundo, um conjunto de novos desafios.

Na actualidade, um dos grandes desafios é o responder à problemática das alterações climáticas, da estratégia e gestão dos recursos naturais, com realce para os recursos hídricos, à problemática da produção de energias alternativas, renováveis e menos poluentes e à problemática da produção agro-alimentar. Sendo um problema global, as alterações climáticas – resultantes quer de causas naturais, quer da emissão de gases com efeito de estufa e de outras acções humanas – têm impacto diferenciados a nível local e regional. No Alentejo, região que representa cerca de um terço do território nacional, diversos estudos e cenários projectam impactos sérios e que irão provocar, previsivelmente, significativas alterações no modo de vida e nos modos de produção na região:

- Maior calor, menos água e água de menos qualidade;
- Alterações demográficas e na ocupação do território;
- Emergência de novas expressões económicas e de novos protagonismos;
- Afirmção das cidades e das vilas e aceleração do definhamento de pequenos povoados e aldeias nas zonas mais áridas.

Da resposta que soubermos dar a estes desafios, alguns já emergentes, todos eles com um grau maior ou menor de interacção, dependerá, em boa medida, o futuro da região.

2. Os estudos e cenários, nacionais e internacionais, apontam para que o sudoeste da Península Ibérica sofra impactos muito fortes, particularmente o Alentejo e a Andaluzia, impactos com particular acuidade na nossa região, em quatro áreas:

- a) Solos/erosão/desertificação;
- b) Montado de sobro e de azinho, com tendência para o sobro migrar para zonas mais amenas do litoral;
- c) Recursos hídricos/quantidade e qualidade da água;
- d) Zonas urbanas/poluição do ar, por exemplo, em cidades como Évora, onde já entram 50 mil carros por dia, pressões de urbanização excessiva em áreas com ecossistemas muito sensíveis, como o são o Litoral Alentejano ou Alqueva, entre outras.

3. Impõe-se, face a estes cenários, passar das palavras aos actos.



E passar das palavras aos actos, a nível local e da região, significa identificar e executar um conjunto de medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas. A *Conferência sobre as Alterações Climáticas e Gestão dos Recursos Hídricos no Alentejo*, que teve lugar em 17 e 18 de Fevereiro de 2006, em Évora e em Alqueva (na Central Hidroeléctrica de Alqueva), e na qual participam conceituados investigadores, cientistas e técnicos, designadamente do Centro de Geofísica da Universidade de Évora, do Centro Operacional e de Tecnologia de Regadio, da Empresa Águas do Centro Alentejo, SA, das Autarquias e Associações de Municípios, do LNEC, consensualizou e apontou um conjunto de medidas de mitigação e adaptação face às alterações climáticas no Alentejo, das quais destacamos, e sugerimos que sejam recomendadas por esta Assembleia Municipal para consideração das instituições e entidades competentes, as seguintes:

- a) A definição de uma estratégia e de um modelo de gestão dos recursos hídricos para o Alentejo;
 - b) A implementação e adequação da legislação nacional, ibérica, comunitária e internacional, nomeadamente no que respeita a convénios com Espanha;
 - c) A implementação da gestão por bacia hidrográfica ou grupos de bacias hidrográficas;
 - d) A definição de novas barragens a construir, sobretudo nas zonas do território não beneficiadas pelo sistema de Alqueva ou por outros sistemas autónomos de Alqueva, como no Norte e no Litoral do Alentejo;
 - e) A requalificação dos sistemas primários e secundários de rega, responsáveis por perdas superiores a 40% na agricultura e da ordem dos 40% no abastecimento às populações;
 - f) A definição de novos modelos de condução de montados e sobre e de azinho, a investigação sobre novas espécies florestais e sistemas culturais, que possam adaptar-se, com vantagens, a algumas zonas do território alentejano, quer em condições de regadio, quer nas de sequeiro;
 - g) Valorização e apoio a políticas agrícolas produtivas e a práticas na agricultura, na pecuária e na produção de matérias primas para a produção de energias renováveis, que defendam os solos da erosão, valorizem os ecossistemas e promovam o povoamento do Mundo Rural;
 - h) A tradução nos Planos Directores Municipais (PDM) dos efeitos das alterações climáticas na estratégia e gestão dos recursos hídricos nos respectivos concelhos e regiões e dos efeitos da poluição urbana, com consequente reforço dos gases de efeito de estufa e aumento do consumo de energia no aquecimento global;
 - i) O reforço do investimento na investigação, informação e formação de agricultores, trabalhadores e técnicos, e definição de uma estratégia na área da investigação aplicada.
- 4. Estas são medidas consensuais, necessárias e ao nosso alcance** para vencermos a batalha da água, em termos de quantidade e qualidade, para vencermos a batalha da erosão/desertificação que ameaça áreas significativas do nosso território, para vencermos a batalha da preservação do património natural, económico e cultural que é o montado, para vencermos a batalha por um ambiente urbano saudável nas nossas cidades e vilas, nas condições resultantes das alterações climáticas, para que possamos viver melhor e para deixarmos em herança, às gerações futuras, um território e uma economia sustentável, uma sociedade de homens e mulheres cultos e amigos do planeta Terra, afinal a nossa casa comum. A maravilhosa casa dos humanos e de todas as espécies.

Depois, o Sr. **Rui Rosado** leu uma «**Proposta de Resolução**» com a seguinte redacção: “É hoje reconhecido que o nosso Planeta evidencia sinais de alterações do clima, em localização variada e à escala mundial, atribuíveis ao efeito designado por *Aquecimento Global*. Estas situações produzem



graves perturbações sobre as diversas formas de vida, sobre o equilíbrio climático, sobre as condições físicas e, em última análise, sobre as condições de vidas na Terra, as quais poderão alterar-se irreversivelmente. Embora haja que considerar as alterações resultantes da própria dinâmica do planeta e da atmosfera, o *aquecimento global* é genericamente atribuído às actividades humanas. Todavia, parece ainda existir a oportunidade de provocar a mudança e a sua reconversão. Há hoje conhecimento e, porventura, capacidade para travar esta tendência. Para tal é necessário e urgente sensibilizar as populações em ordem a que hajam mudanças de atitudes locais, as quais, em somatório, se reflectirão à escala do planeta. A Assembleia Municipal de Évora (AME) tomou consciência de que esta é uma tarefa que compete a todos os cidadãos, isoladamente ou de forma organizada, e, muito especialmente, aos autarcas. Deste modo, reuniu-se extraordinariamente no dia 1 de Março de 2008 e convidou reconhecidos especialistas para debate sobre as questões candentes, em sessão aberta a toda a população. Da reflexão, a AME assumiu a sua intenção de acompanhar esta problemática e o seu desenvolvimento, quer a nível local quer à escala mundial. Delibera ainda fazer uma recomendação à comunicação social para que contribua para a informação objectiva e o debate público sobre o problema.

Propõe-se, também, à Câmara Municipal de Évora que, na linha do que vem executando, como foi demonstrado na apresentação que fez, continue a incluir acções concretas nos seus planos de actividades, bem como sustentar a integração em redes intermunicipais, nacionais e internacionais, para uma intervenção articulada e sistémica à escala global”.

Por seu turno, o Sr. **Nuno Leão** sugeriu que para a próxima vez seja repensado o método de organização da assembleia, porque se era importante a população ouvir os convidados, achava que também era importante que a mesma ouvisse aquilo que as forças partidárias tinham para dizer, uma vez que a lotação da sala estava por metade, tendo depois lido uma moção com o conteúdo que se passa a referir:

“Alterações Climáticas e Aquecimento Global”

«O problema das alterações climáticas e dos seus efeitos mais imediatos, nomeadamente o aquecimento global, revela-se e, por isso, deve ser assumida como uma questão pertinente e mesmo urgente, decorrente da sua concretização num exigente desafio para um futuro cada vez mais presente, num quadro de aprofundamento incipientemente regularizado das tendências de globalização do mundo. Uma visão diferente do mundo e dos modelos de desenvolvimento em curso deve ser levada mais a sério, pois as alterações climáticas estão intimamente ligadas às preocupações que dispensamos à produção e consumo de energia e à preservação ambiental, enquanto componentes do modelo de sociedade em que vivemos. Parece evidente que a importância económica do sector energético condiciona, em boa medida, as políticas ambientais dos vários estados, relegando o seu papel mais para a complementaridade do que para o suporte aos processos de desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Portugal não foge à regra nem a esta lógica e não será difícil a qualquer observador, minimamente atento, deparar-se com uma profunda contradição entre os programas eleitorais dos partidos de poder e a prática da sua governação do país, as promessas politicamente correctas e a falta de empenho ou mesmo o seu propositado esquecimento. De um momento para outro, de um governo para o seguinte, de uma posição, no elenco governativo, para outra, alteram-se as regras reguladoras da preservação ambiental da orla costeira, da REN e da RAN, e o que antes era fundamentalismo na defesa, passou a uma total permissividade em nome de uma suposta modernidade quase terceiro-mundista, apesar das décadas passadas sobre o apogeu dessas “modas” noutros continentes, cujos efeitos devastadores sobre o ambiente global, hoje,



começamos a pagar uma elevada factura. Das competências científicas e tecnológicas existentes num Sistema de Investigação e Desenvolvimento consolidado, não se dá conta de serem levadas em conta pelos governantes. Elaboram-se Planos bem desenhados no papel, como o PNAC, que no sector da energia pretende promover a utilização das energias renováveis e uma utilização mais racional da energia, cujas medidas e acções apenas numa ínfima e quase imperceptível parte são concretizados, por falta de empenho dos seus próprios mentores. Os incentivos ao desenvolvimento de eficientes sistemas energéticos são escassos e complexos, desincentivando o recurso aos mesmos e diminuindo ou aniquilando mesmo a eficácia de qualquer política energética que queira fazer justiça à sua designação. As recomendações e directivas comunitárias, que visam promover e incentivar a utilização racional da energia e o recurso às renováveis, nem sempre são levadas a sério por todos os Estados-Membros, sendo que a adopção de muitas das orientações comunitárias, mais pela via impositiva do que pelo voluntarismo próprio, evidencia claramente a fraca relevância do posicionamento das questões ambientais nas preocupações políticas desses mesmos Estados. Não basta, aos responsáveis políticos, apregoar a sustentabilidade ambiental enquanto princípio, se o mesmo não for efectivamente transversal e integrado nas práticas quotidianas de toda a sociedade, relativamente às quais os próprios Governos deverão dar o exemplo, desenvolvendo boas práticas e disseminando as mesmas, enquanto promoção incentivadora pelo efeito de demonstração conseguido.

No plano regional, a reflexão deve ser conduzida e concentrada em torno das vulnerabilidades naturais do Alentejo, de onde resultam substanciais ameaças sobre o sistema produtivo territorial e na qualidade de vida. Trata-se não apenas de reflectir sobre formas e modos de minimização dos efeitos previsíveis das alterações climáticas sobre o potencial económico regional decorrente de uma das suas maiores esperanças de futuro, que é o turismo, mas também, e essencialmente, mediante uma abordagem pró-activa numa lógica de gestão interventiva de uma prevenção sistemática. Com o previsível aumento da temperatura global, ocorrerão maiores problemas de desertificação do território, dificuldades de abastecimento de água às populações e aos empreendimentos turísticos, aumento do nível de água e avanço do mar pela faixa costeira, que tanto distingue o Alentejo face a outros destinos turísticos. A gestão do contributo de projectos turísticos para a sustentabilidade do Alentejo, enquanto destino turístico original, típico e preservado, não massificado, deverá ser acautelada a partir das próprias autarquias e não por elas pressionada, quer no que respeita ao número de projectos, quer quanto às condições a garantir por cada um deles. A recente tomada de posição dos órgãos municipais de Óbidos, deve, pela originalidade da iniciativa, pelo exemplar sentido de responsabilidade e pela incontestável coragem política, servir de base a que reflectamos sobre a margem de acção, os instrumentos e os deveres que são inerentes ao poder local, na missão de contribuir para um desenvolvimento sustentável do nosso concelho, do Alentejo, de Portugal, da Europa e do mundo. As perguntas que devemos colocar, enquanto autarcas, prendem-se como o que estamos efectivamente a fazer, enquanto contributo para diminuir a ameaça global, ou como podemos contribuir para a construção de soluções contributivas: o que estamos a fazer como autarcas para incentivar um maior aproveitamento da energia solar nas novas construções em curso no nosso concelho? Nos edificios do próprio Estado em pleno Centro Histórico? Nos empreendimentos turísticos em projecto? Nos espaços desportivos? Nos edificios escolares? Nos edificios municipais?

Numa cidade património mundial, a quem se exige a construção e afirmação de uma imagem de marca turística elevadamente distintiva no segmento do turismo urbano, a ideia de “cidade amiga do ambiente” é acessível e gratificante às iniciativas locais no seu sentido. Que historial de boas práticas, no domínio da eficiência energética, tem a autarquia eborense desenvolvido e apresentado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

enquanto incentivo mobilizador aos munícipes particulares, às empresas e aos actores da sociedade civil, com vista à generalização de uma consciência ambientalmente responsável ao nível local? Aos diferentes níveis, quase tudo está ainda por fazer, porque vai ser necessário bastante mais e incentivar muitos outros através da nossa acção, o que deverá necessariamente ir além dos discursos públicos ocasionais e de circunstâncias, ou das sessões de reflexão e sensibilização. Mãos à obra, por um futuro com futuro».

Por último, fez notar que, apesar da AME já ter realizado uma sessão para discutir o tema da Mobilidade, continuava por resolver o acesso dos deficientes motores ao 1º andar do Palácio D. Manuel.

Relativamente à derradeira parte do apontamento do orador antecedente, o Sr. **Presidente em exercício** concordou com o reparo, esclarecendo que a Mesa estava receptiva a sugestões provenientes das diversas bancadas, para se encontrarem soluções que garantissem a mobilidade dos cidadãos portadores de deficiência e o seu acesso aos espaços e às sessões públicas dos órgãos municipais, designadamente da Assembleia Municipal de Évora.

No que concerne aos documentos apresentados pelo Sr. A. Murteira e N. Leão, o Sr. **Rui Rosado** participou que existiam alguns aspectos pontuais que não mereciam a concordância do PS, mas que eram ultrapassáveis, permitindo a sua aprovação por parte da referida força política.

Por sua vez, o Sr. **Nuno Leão** anunciou que o PSD também iria votar favoravelmente as três moções em causa.

Por seu turno, o Sr. **Jorge Lourido** noticiou que a CDU iria proceder de igual modo.

Face às posições assumidas, O Sr. **Presidente em exercício** avançou para a votação das propostas, começando pela apresentada pelo Sr. António Murteira, a qual foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se a votação da moção lida pelo Sr. **Rui Rosado**, tendo-se registado uma aprovação por unanimidade.

Por fim, foi posto à votação o documento apresentado pelo Sr. **Nuno Leão**, que também foi aprovado por unanimidade.

De imediato, e em virtude de estar inspirada pelo discurso da Sra. Bettina Menne, a Sra. **Ana Maria Silva** desafiou a CME a rever o novo PDM, no que concerne à opção tomada de expandir a cidade para fora do centro histórico, em vez de concentrar o seu desenvolvimento intra-muros, porque daí resultariam diversos benefícios, não só em termos de poupança de energia, mas também no aspecto de se evitar o aumento da poluição.

Em resposta, o Sr. **Rui Rosado** recordou que o PDM estava aprovado, parecendo-lhe óbvio que não era oportuno retomar a sua discussão, não deixando de confessar que acreditava que a capacidade dos homens, a tecnologia e a ciência iriam permitir, seguramente, ultrapassar as preocupações da Sra. Ana M. Silva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Posteriormente, O Sr. Presidente em exercício deu a palavra ao Sr. **João Valverde**, que mostrou o seu agrado pela efectuação desta assembleia, tendo confirmado que é preciso que os agricultores arranquem as azinheiras secas e que plantem outras novas, que se limpem as linhas de água e que haja mais higiene, sendo de seu pensamento que as autarquias não devem levar a cabo aquilo que a Câmara de Évora, no tempo da CDU, fez com a construção do aterro municipal, que, na sua opinião, não passa dum lixo a céu aberto, donde surgem diversos perigos, como, por exemplo, os maus cheiros e os gases tóxicos, constituindo uma ameaça para a saúde dos habitantes do concelho.

Regressando à utilização da palavra, A Sra. **Ana Maria Silva** explicou que pretendia demonstrar que se o actual tráfego urbano de Évora continuar, em 2010, com a exigência da legislação, a mesma passará a ser uma urbe poluída, mesmo que o trânsito não aumente.

A propósito das duas últimas intervenções, a Sra. **Vereadora Filomena Araújo** informou o Sr. J. Valverde que a edilidade tem estado sempre muito atenta e preocupada com o desempenho da GESAMB e que numa reunião do Conselho Municipal de Segurança comunicou às entidades competentes a necessidade de ser fiscalizado o funcionamento do aterro, para além de ter pedido à citada empresa que lhe fornecesse elementos sobre a laboração da estrutura. Mais elucidou que, relativamente ao projecto para edificação dum nova célula no aterro, o Executivo já reunira com o Conselho de Administração da GESAMB, em cujo encontro foi manifestada a este a discordância da CME relativa à ampliação da respectiva unidade.

Quando à exposição da Sra. Ana M. Silva, solicitou-lhe que lhe facultasse os dados do estudo realizado sobre o tráfego automóvel na cidade.

Terminada a fase de debate do único ponto da agenda, o Sr. **Presidente** inquiriu se alguém da assistência pretendia falar. Como ninguém manifestou esse desejo, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão pelas treze horas e dez minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta, que os Membros da Mesa subscrevem e assinam.

Presidente – João Luís Latas Lázaro

1º Secretário – Eduardo Jorge Pratas Fernandes Luciano

2ª Secretária – Paula Cristina Nobre de Deus

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 27/06/2008, com 23 votos a favor e 10 abstenções)